

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ

HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY IN THE STATE OF PARANÁ AND IN THE MUNICIPALITY OF ARAUCÁRIA – PARANÁ

 <https://doi.org/10.63330/revalvoradav1n1-009>

Submetido em: 29/07/2026 e Publicado em: 19/08/2026

RA: e262136

Swelen Freitas Gabarron Peralta

Mestre em educação

Universidade Tuiuti do Paraná

E-mail: swelenf@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9120160923821345>

RESUMO

O artigo analisa o processo de implementação e/ou institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica no município de Araucária – Paraná a partir das Diretrizes Municipais de Educação (2004-2012). A metodologia que estrutura o texto é a análise documental e elementos do materialismo histórico, apontando-se contradições e condicionantes históricos. O estudo, com base bibliográfica em autores que compõem o coletivo dos estudos sobre a PHC alicerçados no pensamento de Demerval Saviani, permite constatar que a investigação realizada infere que, em Araucária, ocorreu o processo de institucionalização da pedagogia histórico-crítica por meio dos documentos oficiais que subsidiam o ensino. Contudo, por forças antagônicas oriundas da visão neoliberalista da educação, evidencia-se, na atualização dos documentos a partir da BNCC, que a pedagogia histórico-crítica foi desaparecendo da linguagem oficial da Secretaria Municipal de Educação por meio dos documentos expedidos e que fundamentam a prática pedagógica atualmente nessa rede municipal de educação.

Palavras-chave: Araucária; Diretrizes Curriculares Municipais; Pedagogia Histórico-Crítica; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This article analyzes the process of implementation and/or institutionalization of Historical-Critical Pedagogy in the municipality of Araucária – Paraná, based on the Municipal Education Guidelines (2004-2012). The methodology structuring the text is documentary analysis and elements of historical materialism, pointing out contradictions and historical conditioning factors. The study, based on bibliographical work

by authors who comprise the collective of studies on Historical-Critical Pedagogy grounded in the thought of Demerval Saviani, allows to conclude that the investigation infers that, in Araucária, the institutionalization of historical-critical pedagogy occurred through official documents that support teaching. However, due to antagonistic forces stemming from the neoliberal vision of education, it is evident in the updating of documents based on the BNCC that historical-critical pedagogy has been disappearing from the official language of the Municipal Education Secretariat through the documents issued and which underpin the current pedagogical practice in this municipal education network.

Keywords: Araucaria; Educational Policies; Historical-Critical Pedagogy; Municipal Curriculum Guidelines.

1 INTRODUÇÃO

Para a compreensão da institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) no município de Araucária, faz-se necessário elucidar conceitos fundamentais relativos a essa teoria pedagógica. Nesse sentido, as discussões apresentadas por Orso (2021) acerca dos conceitos de institucionalização e implementação tornam-se substanciais para a análise do movimento ocorrido no Estado do Paraná e, por conseguinte, na cidade de Araucária.

Em 1990, o Estado do Paraná instituiu a PHC como diretriz em seu sistema de ensino, proposta que foi acompanhada pelo município de Araucária e outras localidades paranaenses. Diante desse cenário, torna-se fundamental o resgate de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) sobre a trajetória dessa teoria no Estado. Estudos históricos realizados por Tonidandel (2021), Mirandola (2014) e Gonçalves (2019) oferecem um panorama detalhado desse percurso. Adicionalmente, o levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) revela trabalhos com especificidades sobre diversas cidades do Paraná.

Destaca-se, como referencial analítico relevante, a dissertação de mestrado de Verieli Della Justina (2021), intitulada: **A trajetória da educação e da Pedagogia Histórico-Crítica na rede pública municipal de Araucária: lutas e disputas**. Somam-se a este as contribuições de autores como Viana, Balzan, Miranda, Mazano, Marquezi e Camargo, cujas investigações permitem identificar movimentos análogos aos da rede de Araucária em municípios como Itaipulândia, Cascavel, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu.

A escolha da Universidade Estadual do Oeste do Paraná como base conceitual justifica-se por sua notória rede de pesquisa e produção acadêmica sobre a PHC, além de sua integração ao Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR). O HISTEDOPR, sediado na

Unioeste, apresenta expressiva participação na orientação de produções científicas distribuídas em seus cinco *campi*.

Dessa forma, o presente texto apresenta como a Pedagogia Histórico-Crítica foi introduzida no município em questão, examinando as conjunturas políticas que permearam esse processo histórico.

2 A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E O ENTRELACE DAS LUTAS EDUCACIONAIS: HISTÓRICO E INSTITUCIONALIZAÇÃO EM ARAUCÁRIA/PR

O histórico de lutas em prol da educação possui longa trajetória no município da região metropolitana de Curitiba, elencado como *locus* desta pesquisa. Essa história entrelaça-se com as mobilizações educacionais traçadas pelos educadores do Estado do Paraná. Tonidandel (2021) discorre que, em 18 de dezembro de 2021, comemoraram-se no Paraná 31 anos da institucionalização da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) no currículo para o ensino básico público estadual. Nessa perspectiva, Araucária acompanhou as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Seed/PR) e instituiu a PHC em seus currículos em 1990, período de reestruturação da rede estadual:

O trabalho de reestruturação do Currículo de 1º Grau da Rede Estadual de Ensino teve como ponto de partida a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização que, dentro da proposta de Reorganização da Escola Pública de 1º Grau do Paraná, constitui-se no primeiro passo. Através do envolvimento de professores da rede Estadual e Municipal [...] foram discutidos os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica que fundamentam teoricamente esta proposta. (Paraná-Seed, 1992, p. 13)

Apesar das determinações oficiais, a implementação da PHC naquele período, amparada pela redemocratização nacional pós-ditadura militar, não se efetivou de forma plena. No entanto, o ideário da PHC mostrava-se favorável ao momento democrático do país. Segundo Orso e Tonidandel (2013), o Paraná protagonizou sua experiência educativa mais ousada até então, gerando reações distintas entre os que conheciam a teoria e aqueles que ignoravam sua fundamentação. Sobre o contexto dos anos 1980, Gonçalves (2019) ressalta:

A gestão de Richa foi marcada por buscar uma educação democrática, oportunizando ensino público gratuito para a população, melhores condições de trabalho para professores e participação popular na escola. Nesse governo, foram propostas orientações para a educação fundamentada na concepção homem, sociedade e educação. Para chegar a tais objetivos, a SEED organizou cursos de capacitação de professores, produção de materiais didáticos, estudos dos fundamentos teóricos-metodológicos da PHC, assim como investiu em construção de novos prédios escolares. (Gonçalves, 2019, p. 20)

Politicamente, o Paraná estava sob a gestão de José Richa (1983-1986), do PMDB. O governo Richa iniciou mudanças progressistas em oposição ao regime anterior de Ney Braga, cujas políticas eram alinhadas ao rigor do Governo Federal da época. A vitória de Richa representou um marco contra o sistema autoritário. Mirandola (2014) contextualiza que, enquanto o Governo Estadual anterior seguia a União, os

trabalhadores paranaenses sintonizavam-se com os movimentos sindicais e de esquerda que ganhavam força no país desde 1978.

Nesse cenário, a derrota do candidato situacionista Saul Ruiz (PDS) refletiu o desejo de reformulação política no Estado. Tonidandel (2014) observa que o documento "Educação para Todos" (Brasil, 1985), da Nova República, orientava a elaboração de propostas que considerassem características regionais. A inserção de intelectuais defensores da PHC em postos diretivos da Seed/PR e das Secretarias Municipais de Educação (SMEs) impulsionou o debate. Aquelas formulações iniciais buscavam oferecer uma alternativa contra-hegemônica às pedagogias burguesas.

A aceitação da PHC pelos governadores que se sucederam entre 1986 e 1994 (Álvaro Dias e Roberto Requião) deveu-se, em grande parte, ao histórico de luta dos educadores e à atuação de profissionais que, após cursarem o *stricto sensu* na PUC-SP sob orientação de Dermerval Saviani, disseminaram tais teses na rede estadual.

A institucionalização do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná (CBEP) culminou na promulgação de 1990, com a distribuição de 90 mil cópias. Em 1992, o documento foi reestruturado para incluir o ensino religioso e a "formação da cidadania" (Orso e Tonidandel, 2013). Embora gestado sob Álvaro Dias, o currículo foi efetivamente implementado na gestão Requião. Contudo, em 1992, a consonância com a PHC tornou-se duvidosa devido ao ecletismo conceitual do documento, que mesclava Karl Marx ao construtivismo de Piaget, gerando confusão ideológica entre os docentes.

Esse ecletismo enfraqueceu a articulação entre sindicatos e movimentos em defesa da escola pública. Orso e Tonidandel (2013) questionam a real intenção do governo Álvaro Dias, lembrando que, enquanto se propunha uma pedagogia progressista, o Estado reprimiu violentamente a greve dos professores em 30 de agosto de 1988, episódio conhecido como "Um dia de Luto e Luta".

Baczinski (2007) aponta que a contradição entre o discurso oficial de qualidade científica e a desvalorização real do magistério dificultou a implementação da PHC. Sem interpretar as bases socialistas da teoria, o Estado manteve pressupostos liberais, levando a distorções na prática pedagógica. Paralelamente, o processo de municipalização e descentralização do ensino transferiu turmas para as redes municipais sem o aporte financeiro necessário.

Estudos recentes de Tonidandel e Orso (2023) revelam que a PHC teve um antecessor em Curitiba por meio do documento "Currículo Básico: uma contribuição para a escola pública brasileira" (1988). Esse grupo de "histórico-críticos de Curitiba" forneceu a base para o que seria o currículo estadual posterior. Em Araucária, a partir de 1990, professores iniciaram estudos que resultaram nas Propostas Curriculares daquela década e, finalmente, na primeira Diretriz Municipal de Educação (DME) em 2004, consolidando o processo de institucionalização documental da PHC no município.

Diante desse panorama, observa-se que a trajetória da Pedagogia Histórico-Crítica no Paraná não se limitou a uma imposição verticalizada, mas foi fruto de um terreno marcado por resistências e disputas de projetos societários. Nesse sentido, o município de Araucária não apenas orbitou as decisões da Rede Estadual, como também desenvolveu um movimento próprio de apropriação teórica, impulsionado pela circulação de docentes entre as redes e pelo fortalecimento de coletivos de estudo locais. Compreender como esse arcabouço histórico-político convergiu para a materialização de documentos normativos municipais exige, portanto, uma análise detida sobre o processo de institucionalização da PHC em Araucária, confrontando as diretrizes curriculares elaboradas pelo município com os desafios de sua efetiva implementação no cotidiano escolar.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA EM ARAUCÁRIA EM CONJUNTO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS

Torna-se relevante retomar o conceito de institucionalização e implementação traçado por Orso (2021), conforme delineado anteriormente:

Começamos por esclarecer a diferença entre implementação e institucionalização. Elas não são sinônimas. Uma coisa é a implementação e outra a institucionalização. No que diz respeito à educação escolar, a implementação corresponde à realização prática da teoria por meio da prática pedagógica. E a institucionalização, diz respeito à sua adoção por parte de um município, de um estado, pelo distrito federal, e até mesmo, pela União, e sua transformação na proposta pedagógica oficial, com o objetivo de arregimentar as condições para viabilizar a implementação da PHC em toda sua rede de abrangência. (Orso, 2021, p. 288-289)

A partir dessa premissa, observa-se que, em Araucária, o processo de institucionalização consolidou-se nos documentos oficiais. Desde a primeira Diretriz Municipal de Educação, datada de 2004, a concepção Histórico-Crítica faz-se presente:

Optou-se no município por desenvolver a Pedagogia Histórico-Crítica buscando a clareza dos determinantes sociais, compreendendo o grau em que as contradições da sociedade marcam a educação, posicionando-se diante destas contradições e decidindo coletivamente qual a direção dos encaminhamentos educacionais. (Araucária, 2004, p. 7)

Dessa forma, vislumbra-se que a concepção permeia os documentos oficiais desde o referido período. Embora não seja possível afirmar que os documentos anteriores (Propostas Curriculares) trouxessem tal nomenclatura, por não integrarem o recorte temporal desta pesquisa, a dissertação de Theobald (2007) indica que foi no ano 2000 que a perspectiva da pedagogia histórico-crítica começou a ser elencada, especificamente com a estruturação do "Estudo do Currículo: Sistematização Preliminar e Provisória", fundamentado no Currículo Básico do Estado do Paraná.

Ao retomar a conjectura da institucionalização e implementação da PHC, reconhece-se que o processo é complexo, dada a natureza da sociedade contemporânea e capitalista. Outra questão relevante nos trabalhos de Orso (2013, 2021) refere-se à compreensão docente ante a teoria institucionalizada. A PHC fundamenta-se em três pilares:

Em primeiro lugar, trata-se de uma pedagogia que, na luta de classes, se situa na perspectiva da classe trabalhadora; em segundo, é uma pedagogia de inspiração marxista; e em terceiro, é uma pedagogia que só faz sentido quando vista no engajamento na luta pela superação da sociedade capitalista, pela revolução socialista em direção a uma sociedade comunista. (Duarte, 2021, p. 168)

Tais pontos, que permeiam a obra de Saviani, levantam o questionamento sobre a disposição do docente em enfrentar a sociedade vigente, identificar-se como classe trabalhadora e desencadear uma práxis transformadora (Orso, 2023). Assim, por mais que a institucionalização ocorra nos currículos, muitas vezes de forma demagógica, visto que processos formativos nem sempre contemplam a transformação social, a emancipação humana e a defesa da omnilateralidade, a execução de uma pedagogia revolucionária e contra-hegemônica constitui um desafio permanente. Sobre esse movimento, Orso (2021) destaca:

Não se constitui numa espécie de “pacote” pronto e acabado para “colocar em prática”. Primeiro porque se trata de uma teoria educacional em construção, uma construção coletiva, que envolve muitos educadores e pesquisadores. Segundo, porque não se constitui numa fórmula ou numa receita a ser aplicada em todo e qualquer contexto. (Orso, 2021, p. 288)

O autor prossegue afirmando que a PHC supõe mudanças tanto na mentalidade educativa quanto na prática pedagógica, pois, sem essa superação e o entendimento da teoria como construção coletiva, não há efetivação no âmbito escolar. Ademais, Orso (2021) ressalta que institucionalização e implementação não caminham necessariamente juntas:

Da relação entre elas podem resultar três posições. Uma, em que determinados docentes adotam a PHC como sua teoria pedagógica mesmo sem que tenha sido institucionalizada. Outra, em que, apesar de sua institucionalização, em vez de se pautarem pela proposta oficial, determinados docentes continuam trabalhando de forma como lhes convém [...]. E uma terceira posição ocorre quando há a unidade entre institucionalização e prática pedagógica. (Orso, 2021, p. 289)

Considerando que a teoria só se realiza na prática, torna-se inviável conceber o fenômeno da institucionalização dissociado da implementação. Para aferir a ocorrência de ambos no município de Araucária, seria necessária uma investigação de campo com docentes atuantes, o que não constitui o *lôcus* deste escrito. No momento, este dedica-se à dimensão histórica e documental, aproximando-se da dialética das políticas educacionais locais. Responder às questões do presente exige recuperar percursos do passado para fundamentar a história da educação araucariense.

Compreendido o cenário de disputas e contradições que marcou a introdução da Pedagogia Histórico-Crítica no âmbito estadual, torna-se imperativo observar como tais movimentos repercutiram na esfera municipal. Araucária, longe de ser um receptáculo passivo das determinações da Rede Estadual, consolidou um percurso próprio de apropriação teórica, impulsionado pela circulação de saberes entre os docentes e pelo fortalecimento de coletivos de estudo locais. Essa transição do ideário político para a normatização documental exige, portanto, uma análise detida sobre o processo de institucionalização da PHC no município, confrontando as Diretrizes Curriculares elaboradas com os desafios práticos de sua efetiva implementação no cotidiano das unidades educacionais.

4 DIRETRIZES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO 2004 E 2012 – SMED ARAUCÁRIA

O processo de elaboração documental do município de Araucária consolidou-se como um movimento compartilhado com os educadores da rede pública de ensino. Anteriormente às Diretrizes Municipais de Educação, os professores organizaram-se em grupos e realizaram estudos que culminaram nas chamadas Propostas Curriculares (1991). No Histórico das Diretrizes Municipais (Araucária, 2004), explicita-se que esse movimento se iniciou em 1991 com docentes, diretores e pedagogos, resultando, em 1992, na primeira Proposta Curricular abrangendo todas as disciplinas e séries. Em 1994, o documento estendeu-se à Educação Especial e, em 1996, passou por reformulações para incluir a Educação de Jovens e Adultos.

Segundo as Diretrizes Municipais de Educação de Araucária:

Em 2000 realizaram-se análises e estudos da Proposta Curricular vigente, considerando as mudanças ocorridas nos aspectos econômicos, políticos e sociais dos últimos anos, baseando-se na nova Legislação de Educação nacional (LDBEN 9394/96) e na atualização quanto as tendências curriculares. Essas discussões culminaram em outro documento preliminar de Currículo. Concomitantemente a estes estudos, foi elaborada a Proposta do Plano Municipal de Educação para atender a legislação e o princípio da Gestão Democrática. (Araucária, 2004, p. 7)

No referido documento, não se observam relações diretas entre os estudos das propostas curriculares e a influência do Currículo Básico do Estado do Paraná. Contudo, Della Justina (2021) afirma que, desde o lançamento do CBEP-PR em 1990, os professores de Araucária organizaram discussões sobre uma teoria pedagógica que atendesse aos anseios de mudança social e educativa. A autora ressalta que muitos docentes realizavam jornada dupla (capital e município), o que facilitava o intercâmbio de discussões entre as redes. Na década de 1990, ocorreram estudos sobre a PHC com a participação da Secretaria Municipal de Educação e de colaboradores da Universidade Federal do Paraná (Della Justina, 2021).

Evidencia-se que o coletivo docente compartilhava o desejo por uma pedagogia progressista voltada à classe trabalhadora. Assim, os estudos continuaram nos anos 2000 com a elaboração de Propostas Pedagógicas e Regimentos Escolares. Após a efetivação do Conselho Municipal de Educação, a instituição

de uma Diretriz Municipal tornou-se imperativa. Com a promulgação da Lei Municipal nº 1527/2004, o Conselho Municipal de Educação passou a exercer funções normativas e fiscalizadoras sobre o planejamento das políticas educacionais (Araucária, 2004).

Dessa forma, o Sistema Municipal instituiu sua primeira Diretriz em 2004, mantendo a concepção histórico-crítica alinhada à normativa estadual. O documento pautou-se em legislações vigentes e nos princípios da gestão democrática e da apropriação do conhecimento comprometido com a transformação social (Araucária, 2004). Conforme Della Justina (2021), essa postura progressista manifestou-se também em movimentos sindicais, como a criação do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária (Sismmar) em 1989 e do Fórum Municipal de Educação em 1993.

Nas Diretrizes de 2004, a PHC é salientada como determinante para a compreensão das contradições sociais:

A educação, nesta perspectiva, visa a incorporação dos instrumentos culturais para possibilitar a transformação social e a relação do aluno com a prática social transforma-se pela mediação dos profissionais da educação. Entende-se assim que o período em que os alunos estão em Unidades Educacionais representa um dos momentos decisivos na sua formação como sujeito. Nesse sentido, o trabalho pedagógico objetiva formar sujeitos transformadores da prática social e a ação educacional é uma atividade mediadora transformadora. (Araucária, 2004, p. 7)

Saviani (1991) ressalta que a elaboração de uma concepção hegemônica exige instrumentos lógico-metodológicos superiores à concepção dominante. Todavia, a DME de 2004 não detalha como seria a formação docente para romper com a dicotomia do conhecimento a serviço do capital. O documento ancora-se na concepção socio-histórica de autores como Vygotsky, Leontiev, Luria e Wallon, buscando compreender o sujeito em sua totalidade (Araucária, 2004).

Observa-se, porém, uma discrepância conceitual quando o documento de 2004 fundamenta o currículo na "Psicologia Sócio-histórica". Saviani (2019) esclarece que a PHC se constrói sobre os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural. Duarte (2001) adverte que a separação entre essas nomenclaturas muitas vezes visa neutralizar o caráter marxista da teoria original soviética. Ao priorizar a vertente socio-histórica, o currículo municipal pode acabar por seguir caminhos distintos da lógica dialética defendida pela PHC.

Martins e Duarte (2010) explicitam que o relativismo cultural pode fragmentar o currículo escolar. A contradição persiste no texto de 2004 ao definir o currículo como um "processo dinâmico", o que, se não mediado com rigor, pode exaurir o conhecimento científico em favor de utilitarismos cotidianos. É a Psicologia Histórico-Cultural que, de fato, comunga com os pressupostos do materialismo histórico (Saviani, 2015).

A transição para a Diretriz de 2012 revelou um amadurecimento conceitual. O documento, expandido para 379 páginas em formato de livro, apresenta uma estrutura mais esmiuçada. Na introdução, salienta-se o compromisso com a emancipação humana:

Necessário se faz propor alternativas para construir uma sociedade com fundamentos que emancipem o homem e o torne cada vez mais humano. É preciso ainda, desvelar a essência que as caracteriza [...] para situar o trabalho pedagógico no contexto das práticas sociais e encaminhar a elaboração de uma proposta curricular que contemple a totalidade do fenômeno educativo. (Araucária, 2012, p. 19)

Sob a fundamentação de Saviani (2008) e Kosik (2002), o documento de 2012 reforça o homem como ser omnilateral. Percebe-se que a base na PHC permanece com maior densidade teórica. O texto reafirma a escola como instituição responsável pela socialização do saber sistematizado (Saviani, 2008). Contudo, a divergência entre as nomenclaturas psicológicas (socio-histórica vs. histórico-cultural) entre as versões de 2004 e 2012 não é explicitamente justificada, mantendo lacunas sobre a relação sujeito-aprendizagem.

Orso (2023) enfatiza que a PHC possui posição clara contra o ecletismo, o multiculturalismo e o pragmatismo. Questiona-se, portanto, até que ponto uma rede municipal consegue sustentar tais pressupostos diante de políticas nacionais hegemônicas. No tópico sobre Currículo, a DME de 2012 tenta alinhar-se à perspectiva de Saviani:

Faz-se necessário viabilizar as condições de transmissão e apropriação do conhecimento na escola, de forma dosada e sequenciada, “de modo que a criança passe gradativamente do seu não-domínio ao seu domínio. (Saviani, 2005, p.26). Dessa forma elucida-se o conceito de currículo, na perspectiva histórico-crítica, ao considerar segundo o autor, que currículo é uma escola funcionando, ou seja, “uma escola desempenhando a função que lhe é própria” (Saviani, 2005, p. 26). (Araucária, 2012, p. 39)

Apesar desse esforço, nota-se a persistência de um ecletismo conceitual ao adotar modelos de organização disciplinar e seriada que podem descaracterizar o trabalho escolar pretendido pela PHC. Como aponta Della Justina (2021), fundamentada em Malanchen (2016), o currículo deve centrar-se na teleologia e na intencionalidade da apropriação do saber.

No que tange à metodologia, a DME de 2012 fundamenta-se no método dialético, definido em nota como a análise dos determinantes sociais e econômicos (Araucária, 2012). Entretanto, os cinco momentos da PHC propostos por Saviani não são explicitamente citados, o que pode fragilizar a orientação da prática pedagógica. Galvão, Lavoura e Martins (2019) advertem contra a "didatização" superficial que esvazia o conteúdo em favor da forma técnica.

Em suma, as diretrizes de 2004 e 2012 refletem um processo de resistência e tentativa de consolidação da PHC. Embora existam fragilidades e ecletismos, decorrentes muitas vezes de pressões

políticas e da multiplicidade de autores, os documentos representam um projeto de educação contra-hegemônica que sobrevive na rede de ensino de Araucária.

5 CONCLUSÃO

Conforme demonstrado nesta análise, o município de Araucária instituiu a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como concepção norteadora de seus trabalhos pedagógicos a partir de 1992. O esforço para a institucionalização dessa teoria na rede municipal perpassou diversos momentos, incluindo Grupos de Estudo, Grupos de Trabalho, sistematizações da Secretaria Municipal de Educação e formações em semanas pedagógicas ou horas-atividade. Contudo, subsiste o desafio proposto por Saviani (2018) sobre como defender a escola pública na perspectiva histórico-crítica em contextos de fragilidade democrática.

No cenário em que o neoliberalismo impacta o currículo escolar, observa-se a relativização dos conteúdos em favor de uma suposta flexibilização do ensino tradicional. Nesse contexto, a PHC enfrenta as chamadas "pedagogias do aprender a aprender", que muitas vezes rotulam conteúdos sistematizados como desmotivadores. Todavia, nota-se que a política neoliberal, ao pregar o multiculturalismo, pode introduzir um tecnicismo travestido de "habilidades e competências", tornando os processos educativos mecânicos.

A trajetória de lutas dos educadores de Araucária pela implementação da PHC sofreu enfraquecimento na medida em que documentos oficiais passaram a apresentar lacunas sobre pressupostos claros do trabalho docente. Tal movimento demonstra alinhamento a políticas educacionais pautadas no mercado de trabalho, que priorizam o aprendizado por meio de pensamentos reflexivos ou inteligência emocional, privilegiando o cotidiano em detrimento do que a PHC define como clássico no currículo escolar.

É imperativo destacar que a PHC prioriza, como concepção pedagógica, a função do professor e o trabalho de transmissão dos conteúdos historicamente acumulados pela humanidade. Para essa teoria, o conhecimento é o processo de apropriação das objetivações realizadas pelos homens por meio do trabalho; portanto, a escola exerce papel fundamental na transformação dos indivíduos para que estes, munidos de conhecimentos reais sobre a realidade, possam transformá-la. Na sociedade capitalista, o conhecimento constitui uma força material indispensável para a apreensão e alteração do real.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de unificação da classe trabalhadora na compreensão dos pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica, a fim de reivindicar junto às instâncias mantenedoras os elementos norteadores da prática pedagógica. A PHC não se limita a uma teoria pedagógica; representa uma mudança de pensamento, postura e ação que exige o compromisso não apenas dos docentes, mas, primordialmente, do Estado na garantia de condições e direitos para a efetivação do trabalho educativo transformador.

REFERÊNCIAS

- ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação de Araucária. **Parecer nº 19/2019**. Araucária: CME, 2019.
- ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Municipais de Educação**. 1. ed. Araucária: SMED, 2004.
- ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Municipais de Educação**. 1. ed. Araucária: SMED, 2012.
- BACZINSKI, A. V. M. **A implantação oficial da pedagogia histórico-crítica na Rede Pública do Estado do Paraná (1983-1994)**: legitimação, resistências e contradições. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- DELLA JUSTINA, V. **A trajetória da educação e da pedagogia histórico-crítica na rede pública municipal de Araucária/PR**: lutas e disputas. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2021.
- DUARTE, N. A pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Conhecimento escolar e luta de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas: Autores Associados, 2021.
- DUARTE, N. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskyana. Campinas: Autores Associados, 2001.
- GONÇALVES, K. C. **A Pedagogia Histórico-Crítica durante o governo de Roberto Requião (1991-1994)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.
- GRACINO, E. R. et al. A pandemia e a educação na escola pública: a dualidade do ensino e a diferença das classes sociais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 21, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8665300>. Acesso em: 5 maio 2024.
- MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.
- ORSO, P. J. Pedagogia Histórico-Crítica: uma introdução. **Gesto Debate, Revista Científica Eletrônica**, Campo Grande, v. 23, n. 17, p. 353-371, jan./dez. 2023.
- ORSO, P. J. A implementação da pedagogia histórico-crítica: formas, exigências e desafios. In: LOMBARDI, J. C.; COLARES, M. L. I. S.; ORSO, P. J. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.
- ORSO, P. J.; TONIDANDEL, S. A pedagogia histórico-crítica e o currículo básico para a escola pública do Paraná – 1990: do mito à realidade. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 144-158, dez. 2013.
- SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Conhecimento escolar e a luta de classes**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: quadragésimo ano – novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 2018.

TONIDANDEL, S. **Pedagogia Histórico-Crítica**: o processo de construção e o perfil do “Currículo Básico Para a Escola Pública do Estado do Paraná” (1980-1994). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

TONIDANDEL, S. Análise dos diferentes processos de institucionalização da pedagogia histórico-crítica: o processo de construção da pedagogia histórico-crítica no Paraná. In: LOMBARDI, J. C.; COLARES, M. L. I. S.; ORSO, P. J. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

TONIDANDEL, S.; ORSO, P. J. “Currículo básico: uma contribuição para a escola pública brasileira” (1988): o primeiro currículo fundamentado na pedagogia histórico-crítica do Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 23, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8674128/33326>. Acesso em: 16 mar. 2024.